



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,2% São Paulo	171.990 26/6 29/6 30/6 1/7	R\$ 5,210 (+ 0,92%)	25/junho 5,178 26/junho 5,167 29/junho 5,174 30/junho 5,163	R\$ 1.621	14,15%	14,15%	Janeiro/2026 0,33 Fevereiro/2026 0,70 Março/2026 0,88 Abril/2026 0,67 Maio/2026 0,58

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

EUA iniciam sanções em reação às facções

Brasileiros são acusados de lavar US\$ 30 milhões para o PCC, "a maior organização criminosa do Hemisfério Ocidental"

» FERNANDA STRICKLAND
» ROSANA HESSEL

Alex Brandon/AFP



Secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, anunciou em maio que o governo Trump incluiria o PCC e o CV na lista de organizações terroristas

O governo dos Estados Unidos anunciou as primeiras medidas contra o Brasil após a aprovação da lei que equipara as facções criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), com organizações terroristas. Ontem, o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC), do Departamento do Tesouro norte-americano, anunciou sanções contra dois cidadãos brasileiros e quatro empresas — três brasileiras e uma portuguesa — classificadas como integrantes de uma rede ligada ao PCC.

Segundo as autoridades norte-americanas, o grupo teria utilizado o sistema financeiro dos Estados Unidos para lavar dinheiro proveniente do tráfico internacional de drogas e outras atividades ilícitas.

A operação tem como alvo uma estrutura com atuação identificada principalmente entre os estados da Flórida, nos Estados Unidos, e São Paulo, no Brasil. O Departamento do Tesouro classificou o PCC como “a maior organização criminosa transnacional do Hemisfério Ocidental” e afirmou que a facção ampliou sua presença internacional nos últimos anos.

De acordo com o governo dos EUA, o núcleo paulista investigado seria liderado por Victor Henrique de Oliveira Shimada e Stella Stefanie Nunes Henrique de Oliveira, apontada como parente de Shimada.

As autoridades norte-americanas afirmam que Shimada atuava como intermediário entre integrantes do PCC nos Estados Unidos e traficantes de drogas internacionais. O Tesouro norte-americano informou que a organização teria movimentado mais de US\$ 30 milhões em recursos ilícitos gerados em território norte-americano e usado criptomonedas para enviar valores ao Brasil em nome da facção.

Além disso, Shimada teria envolvimento em outros crimes financeiros. Em janeiro de 2025, segundo as autoridades americanas, ele cumpriu prisão domiciliar no Brasil após uma empresa ligada a ele,

a Victory Trading Intermediação de Negócios Cobrança e Tecnologia Ltda., ser citada em uma investigação sobre lavagem de dinheiro relacionada a uma fraude publicitária contra o time de futebol Corinthians.

Em comunicado, o Departamento do Tesouro afirmou que o PCC passou a expandir suas fontes de financiamento ilícito por meio de operações internacionais e citou países como Reino Unido, Turquia e Japão como locais onde a organização teria ampliado sua presença.

O órgão norte-americano também mencionou operações recentes realizadas no Brasil que identificaram esquemas de lavagem de dinheiro baseados em comércio. Segundo o Tesouro, uma dessas estruturas teria utilizado uma rede chinesa de distribuição de eletrônicos e uma plataforma chinesa de comércio eletrônico para movimentar mais de US\$ 190 milhões em sete meses. “Não podemos permitir que o crime

organizado no Hemisfério Ocidental estabeleça operações em solo americano que contribuam para a criminalidade e a ilegalidade”, afirmou Gene Lange, subsecretário para Terrorismo e Inteligência Financeira do Departamento do Tesouro.

Desdobramentos

Apesar de as sanções serem privadas, se houver ligações com outras empresas e instituições governamentais, é possível haver desdobramentos, de acordo com o ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos Rubens Barbosa. Segundo o diplomata, o momento atual ainda não é de preocupação, mas no próximo dia 15, quando entrarem em vigor as novas tarifas sobre produtos brasileiros, o governo brasileiro e exportadores devem começar a se preocupar. “No dia 15, vem chumbo grosso”, afirmou ele, referindo-se às tarifas de 25% sobre produtos brasileiros.

Para o especialista em relações internacionais Wagner Parente, CEO da BMJ Consultores Associados, essas sanções iniciais dos EUA podem ser motivo de preocupação para o governo brasileiro. “Essa intervenção coloca o governo brasileiro em uma posição defensiva. O Brasil precisa demonstrar, através de ações concretas e reforço institucional, que possui ferramentas para lidar com o PCC e o CV internamente. Caso contrário, a OFAC poderá continuar a escalar essas sanções, transformando o combate ao PCC e ao CV em um tema de fricção diplomática recorrente, onde a ‘lista de sancionados’ passa a ser usada como uma régua para medir a ‘boa governança’ do sistema financeiro brasileiro aos olhos dos EUA”, explicou Parente.

“A designação pela OFAC é uma faca de dois gumes. Se, por um lado, ela ajuda a estrangular a capacidade financeira de uma organização criminosa que o Brasil tem

dificuldade de conter, por outro, ela expõe o sistema financeiro brasileiro a um nível de interferência externa onde o processo administrativo americano atropela a segurança jurídica local”, acrescentou.

Na avaliação de Parente, a longo prazo, a resposta do Brasil não deve ser apenas a obediência às sanções, “mas a assertividade em fortalecer seus próprios mecanismos de controle para evitar que a soberania financeira seja, aos poucos, transferida para as agências regulatórias de Washington”.

Marco Saravalle, estrategista-chefe da Krivo Capital, também considerou que haverá desdobramentos no Brasil das medidas anunciadas, ontem, pelo governo Trump. “O mais importante é a preocupação em relação ao mercado financeiro. Será preciso saber qual vai ser o nível de compliance daqui para frente, por exemplo, para abertura de conta, envio de recursos



O PCC é hoje a maior organização criminosa transnacional do Hemisfério Ocidental. Nos EUA, a facção representa uma ameaça criminal real e crescente”.

Trecho do comunicado do governo norte-americano

para o exterior”, exemplificou.

O Palácio do Planalto, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) não comentaram o assunto. De acordo com a assessoria do Ministério da Justiça, a Secretaria Nacional de Justiça deu uma explicação técnica sobre o assunto.

Segundo a nota da pasta, “o combate ao crime organizado transnacional não deve servir de pretexto para medidas unilaterais que desconsiderem a cooperação jurídica internacional e os tratados internacionais em vigor”.

A pasta informou que já havia uma expectativa em relação a possíveis sanções. “A decisão não surpreende o governo brasileiro: trata-se de desdobramento que já se antevia, após a classificação do PCC pelos Estados Unidos como organização terrorista estrangeira. Ainda assim, medidas unilaterais suscitam preocupação, uma vez que podem ser sucedidas por providências ainda mais graves, adotadas à margem dos mecanismos ordinários de cooperação internacional”, ressaltou a nota.

Segundo a secretaria, o Estado brasileiro possui instrumentos jurídicos, capacidade institucional e compromisso político para enfrentar o crime organizado, como demonstram o investimento de R\$ 11 bilhões no Plano Brasil contra o Crime Organizado e a aprovação da Lei Raul Jungmann.

HABITAÇÃO

Caixa: R\$ 1 trilhão para casa própria

» PEDRO JOSÉ*

A Caixa Econômica Federal anunciou ontem que atingiu a marca de R\$ 1 trilhão em sua carteira de crédito imobiliário, resultado inédito no sistema financeiro da habitação. Durante o anúncio, o presidente do banco, Carlos Vieira, destacou que a instituição financia diariamente o sonho da casa própria para os brasileiros.

“A Caixa viabiliza a realização do sonho da casa própria para 3.000 brasileiros todos os dias. Sabemos que isso só é possível pela absoluta dedicação de nossos colegas nas agências e por toda a estrutura que possuímos”, afirmou.

Vieira também ressaltou a

atuação do governo federal nas políticas habitacionais e a importância do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o financiamento da moradia no país. “É fundamental ressaltar também a defesa obstinada que o Ministério do Trabalho tem feito pelo uso adequado do FGTS. Desde 1966, o fundo tem o propósito essencial de funcionar como uma poupança para a família e para o trabalhador brasileiro, viabilizando o acesso à moradia antes mesmo do período de aposentadoria”, disse Carlos Vieira.

Segundo o presidente da Caixa, a marca de R\$ 1 trilhão vai além dos números financeiros e representa o impacto direto da habitação na

Créditos: Robson Cesco/CAIXA



Carlos Vieira, presidente da Caixa: moradia é direito constitucional

vida da população. “É reconhecer que, por trás de cada contrato, há uma família buscando segurança, dignidade e esperança. Uma casa não é apenas um patrimônio; é onde nascem os sonhos, onde as

crianças crescem, onde os idosos encontram proteção e as famílias constroem o seu futuro”, destacou.

Vieira lembrou que hoje, 85% da população mora nas cidades. Contudo, esse crescimento urbano não

foi planejado, o que aumentou o déficit habitacional, expandiu os assentamentos precários e tornou a infraestrutura um dos principais desafios do país.

O presidente da Caixa também ressaltou a importância da Constituição de 1988 e do Ministério das Cidades para a formulação de políticas públicas voltadas à habitação. “Foi nesse contexto que a Constituição de 1988 inaugurou uma nova etapa, reconhecendo a moradia como base da dignidade humana e fortalecendo o papel do Estado na promoção da justiça social”, declarou.

Minha Casa Minha Vida

Durante a cerimônia, o ministro das Cidades, Vladimir Lima, afirmou que o marco de R\$ 1 trilhão em crédito habitacional representa um avanço na política de moradia do país e destacou o alcance nacional da Caixa Econômica Federal.

“Esse valor representa muito mais do que cifras, pois a Caixa

possui capilaridade para alcançar os municípios, levando qualidade de vida e dignidade. Representa famílias impactadas com segurança e a realização do sonho da casa própria, tirando muitas de um aluguel caro e de más condições de moradia”, afirmou.

Segundo Vladimir Lima, o programa Minha Casa, Minha Vida é responsável por cerca de 60% da carteira de crédito habitacional da Caixa e tem ampliado o acesso ao financiamento para famílias de menor renda. “Estamos promovendo uma verdadeira democratização do crédito habitacional, trazendo as menores taxas de juros da história e oferecendo um cheque de entrada de R\$ 55 mil, chegando a R\$ 65 mil na região Norte, para as famílias que não tinham como financiar sua casa e sofriam com o ônus excessivo do aluguel. Hoje, mais de 40% de todos os recursos vão para a faixa 1 do programa”, ressaltou.

*Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza